O ESTADO DE S. PAULO

CONGRESSO

Manobra volta a adiar votação do Orçamento

Oposição se alia a governistas insatisfeitos e suspende análise de destaques ao texto

NELSON BREVE

BRASÍLIA – Uma armadilha preparada pela oposição, que contou com o apoio de parte da própria base governista, impediu na madrugada de ontem que a votação da proposta orçamentária de 2002 na Comissão Mista de Orçamento fosse concluída antes do Natal. A sessão, na qual seriam apreciados mais de 2.300 destaques ao texto principal, foi interrompida às 2 horas de sábado e transferida para o início da tarde de quarta-feira. Para isso, o Congresso será novamente autoconvocado, dessa vez por mais 12 dias, até 7 de janeiro.

O senador petista Tião Viana (AC) surpreendeu toda a bancada da coalizão governista, comandada por líderes de segundo escalão, ao votar contra o bloqueio de recursos federais para obras com indícios graves de irregularidade apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em seguida, Viana solicitou votação por chamada nominal, para verificação do quórum.

Os líderes governistas ficaram perplexos. Eles sabiam que não havia número suficiente de senadores para assegurar o quórum mínimo de uma votação nominal. Mas contavam com uma sólida bancada de 40 deputados para enfrentar os obstáculos da oposição – as votações na comissão são separadas entre 64 deputados e 22 senadores.

Os líderes não esperavam, porém, que a tática da obstrução fosse armada sobre uma das principais bandeiras defendidas pelos oposicionistas: a fiscalização rigorosa das obras financiadas com recursos públicos.

Correção – Ao ser interrompida a sessão, os governistas chegaram a convocar uma nova reunião para as 10 horas de hoje, mas desistiram, ao constatar que não conseguiriam arregimentar suas bancadas. Depois de uma série de consultas aos escalões superiores da base do governo, o que durou cerca de duas horas, o presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), marcou uma nova reunião para a próxima quarta-feira, quando será iniciado um novo período de convocação extraordinária do Legislativo. A idéia é votar os destaques e a proposta na semana que vem e levar o Orçamento a plenário no início de janeiro.

Para evitar outros contratempos e tentar votar o Orçamento de 2002 sem necessidade de novo acordo com a oposição, a convocação será até 7 de janeiro. A definição do prazo não foi aleatória – essa é a data limite para que o Orçamento seja aprovado, antes que o presidente Fernando Henrique Cardoso formalize sua decisão sobre a sanção ou veto ao projeto de lei que reajusta a tabela de alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Insatisfação – Na próxima semana, o governo deverá agir para acomodar os parlamentares descontentes com a distribuição dos últimos recursos do bolo orçamentário. Esse descontentamento facilitou a manobra da oposição para derrubar a sessão. O senador Tião Viana não teria condições regimentais para pedir a verificação de quórum, não fosse o apoio do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), que ficou contrariado com a rejeição dos sete destaques que apresentou.

> COMISSÃO VOLTARÁ A SE REUNIR NA 4.ª-FEIRA

O peemedebista não foi o único insatisfeito na base do governo. Muitos questionaram o critério utilizado pelo relator, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), que gastou o maior quinhão dos últimos R$ 540 milhões disponíveis para recompor parte das emendas apresentadas pelas Comissões Permanentes do Congresso a pedido dos ministérios, que sofreram cortes em benefício do reajuste do salário mínimo para R$ 200,00.

Como os destaques para essas dotações foram apresentados por um pequeno grupo de parlamentares próximos ao relator, houve desconfiança sobre a forma de distribuição adotada.

Na madrugada de sexta-feira, o governo havia mostrado sua força, mantendo 41 deputados e 12 senadores de prontidão até as 4h30, quando terminou a votação. O relatório, então, foi aprovado, restando apenas os destaques. O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), que precisa se locomover com cadeira de rodas em razão de um derrame, foi liberado apenas para dormir no carro. **(Agência Estado)**

Aécio faz apelo aos colegas: "Não existe estabilidade econômica onde não há estabilidade política. Por isso, devemos cumprir o nosso papel"

Aécio amplia convocação até 7 de janeiro

Estratégia, agora, é encerrar trabalho da Comissão de Orçamento na semana que vem

MURILO FIUZA DE MELO

RIO – O presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), anunciou ontem de manhã, no Rio, a convocação extraordinária do Congresso entre os dias 26 de dezembro e 7 de janeiro para concluir a votação do Orçamento-Geral da União de 2002. A convocação foi decidida em comum acordo com o presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS).

De acordo com Aécio, a intenção é votar a proposta orçamentária e os 2.331 destaques ao texto entre os dias 26 e 30 deste mês na Comissão Mista do Orçamento. A Casa, então, voltaria a se reunir a partir do dia 2 de janeiro, para apreciar o projeto em plenário.

"O Congresso não irá parar seus trabalhos enquanto não tiver a peça orçamentária aprovada. Não existe estabilidade econômica onde não há estabilidade política. Por isso, devemos cumprir com o nosso papel", afirmou Aécio. "Seria inaceitável deixar de votar o Orçamento por falta de quórum", completou Tebet.

Segundo o tucano, o adiamento da votação pode afetar a imagem do Brasil, no momento em que o País vive um momento de preocupação com o agravamento da crise na Argentina. "O Orçamento não é uma questão que interessa ao governo. É uma questão essencial que interessa ao País, para a governabilidade e para a garantia da estabilidade."

Apelo – O presidente da Câmara explicou que a sessão na Comissão Mista do Orçamento, que apreciava a proposta, foi interrompida por falta de quórum no Senado. Por isso, ontem, ele fez um duro apelo para que todos os integrantes da comissão – 64 deputados e 22 senadores – e os seus suplentes estejam em Brasília para a votação.

> TUCANO DIZ QUE FHC NÃO VETARÁ TABELA DO IR

"Aqueles parlamentares membros da comissão que, por alguma razão absolutamente justificável, não puderem comparecer a Brasília devem comunicar aos seus líderes partidários, para que sejam substituídos. Não será aceita a qualquer ausência", disse Aécio.

O presidente da Câmara fez o mesmo apelo para que os 513 deputados e 81 senadores estejam no Congresso a partir do dia 2, quando espera concluir a votação final do projeto, em plenário.

"Não se justifica, sob qualquer hipótese, e a sociedade não compreenderá um 'vácuo orçamentário'. Não podemos permitir que o Brasil atravesse os três primeiros meses do ano sem o mais importante documento que o Parlamento pode produzir, que é a peça orçamentária", ressaltou o deputado.

Ao comentar a manobra comandada ontem pela oposição e o risco de faltar quórum na semana que vem, Aécio afirmou que já enviou ofício a todas as companhias aéreas para que facilitem o trânsito dos parlamentares para Brasília, pois nesse período de festas normalmente os vôos estão todos lotados.

Sem veto – Por fim, o presidente da Câmara chegou a elogiar o comportamento mais recente adotado pelo PT e pelo PPS, que, segundo ele, souberam entender a gravidade para o País no caso de o Orçamento não ser aprovado antes do recesso. "Na verdade, as posições mais radicais sempre foram do PDT e do PC do B."

Aécio comentou, também, que falou ontem de manhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O presidente teria garantido a ele que não vai vetar a correção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 17,5%, projeto já aprovado no Legislativo. "Foi um gesto de respeito à soberania do Congresso por parte do presidente da República", elogiou.

Para Aécio, a queda da arrecadação com a correção do IR, que, segundo o governo, é estimada em R$ 1,8 bilhão, poderá ser facilmente resolvida pela equipe econômica. "Não vejo de forma tão grave essa questão, até porque tradicionalmente a proposta orçamentária subestima um pouco aquilo que se pode ter. Acho que o Congresso agiu no limite da responsabilidade e cabe ao governo agora administrar as despesas estabelecidas, notadamente a do IR."

Aécio esteve, ontem de manhã, na sede da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, acompanhado pelo deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ) e pelo ministro do Trabalho, Francisco Dornelles (PPB), para conhecer o recente trabalho da entidade com propostas para o combate à fome, elaborado pelo economista Marcelo Neri.

Câmara assume desafio da reforma tributária

Comissão vai debater fim do efeito cascata e governo já admite mudar cobrança do PIS

JOÃO DOMINGOS e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – Tão logo retome os trabalhos, em fevereiro, a Câmara vai entrar para valer no debate da reforma tributária, iniciativa ate agora boicotada pelo governo. O presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), vai criar em fevereiro uma comissão especial para tratar do fim do efeito cascata na cobrança do PIS e da Contribuição para a Seguridade Social (Cofins). Para ele, há "condição política" de aprovar a proposta.

Existem sinais de que o governo cedera, pelo menos no caso do PIS. Há poucos dias, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse ao deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) que aceitaria retirar a cumulatividade do tributo, pois os recursos do PIS não são destinados a seguridade social. Assim, se houver queda brusca de arrecadação, o pagamento de aposentados não correrá risco. Segundo Rigotto, Everardo teria dito que a experiência do PIS poderia servir para se tentar resolver o mesmo problema com a Cofins.

A Receita confirma a conversa. Segundo técnicos, o que está sendo negociado é a extensão, a alguns setores da economia, de um sistema que já vem sendo aplicado nas montadoras e nas fábricas de cigarros, medicamentos e cosméticos.

> RIGOTTO TEME APENAS BOICOTE DO PLANALTO

Consiste em concentrar o recolhimento do tributo em um único elo da cadeia produtiva. Por exemplo, as montadoras recolherem o PIS e a Cofins devidos pelas fábricas de peças e pelas revendedoras. Rigotto teria tratado da aplicação desse sistema no setor de produtos de limpeza, leite em pó e óleos vegetais.

A Cofins incide sobre o faturamento das empresas. Teve sua alíquota elevada para 3% e sua incidência ampliada no fim de 1998. Só em 2000, gerou arrecadação de R$ 41,6 bilhões, enquanto o PIS, R$ 10,4 bilhões. Até novembro deste ano, a Cofins já acumulava R$ 44,4 bilhões e o PIS, 10,8 bilhões.

A comissão especial a ser instalada em fevereiro será presidida pelo deputado Delfim Netto (PPB-SP). O relator ainda não foi escolhido, mas será do PT. Uma ala defende o deputado Marcos Cintra (SP) e outra, Missia Denes (PT), ex-relator da frustrada proposta de emenda que faria a reforma, mas nunca conseguiu algo conclusivo.

Importados – Para Rigotto, que presidiu a comissão especial da reforma tributária, existem condições para a aprovação do fim da cumulatividade do PIS e da Cofins. Ele acha que o fato de o secretário da Receita Federal ter aceito rever a cobrança cumulativa do PIS já é um bom sinal. "Se houver vontade política e, se o governo parar de boicotar a reforma, teremos condição de aprovar o projeto no ano que vem."

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, informa que o desempenho da balança comercial brasileira seria muito melhor se o PIS, a Cofins e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) tivessem substituídos por uma contribuição que não incidisse em cascata sobre todas as fases da cadeia produtiva. Assim, haveria, em 12 meses, redução de US$ 5,2 bilhões nas importações e aumento de US$ 800 milhões nas exportações.

A nova contribuição passaria a ter incidência indireta sobre as importações. Atualmente, a produção doméstica está sujeita a tributação cumulativa das três contribuições sociais ao longo de toda cadeia produtiva, mas os importados sofrem tal incidência só na comercialização.

As exportações seriam beneficiadas porque se eliminaria a tributação sobre vendas ao exterior. Hoje existe possibilidade de devolução do PIS/Cofins a exportadores, mas falta conhecimento sobre o imposto embutido nos preços.

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor Superintendente — Diretor Financeiro — Diretor Jurídico — Diretor — Diretor Comercial e de Operações — Diretor de Operações

VENDAS DE ASSINATURAS — CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALEIRO — CLASSIFICADOS POR TELEFONE

PUBLICIDADE CAPITAL

INTERIOR

OUTROS ESTADOS

Agências Estado

PREÇOS VENDA AVULSA

PREÇOS ASSINATURA SEMESTRAL